

ENQUANTO O CENSO DEMOGRÁFICO NÃO VEM: ESTIMATIVAS POPULACIONAIS E TENDÊNCIAS OBSERVADAS NO PARANÁ

Ângela Maria ENDLICH¹

Américo José MARQUES²

RESUMO

É certo que a pandemia alterará significativamente os dados demográficos. Ao mesmo tempo em que ela ocorre, a privação de dados do Censo Demográfico gera ainda muitas incertezas. Deste modo, as estimativas são valorizadas como possibilidade para tentar atualizar os dados e identificar algumas tendências. Dentre as indagações estão aquelas referentes a que tendências demográficas persistem e se é possível identificar novas. Temos insistido na relevância de problematizar o declínio demográfico ocorrido em muitas pequenas cidades/localidades, que observamos sobretudo no setentrião paranaense, mas que afeta também municípios de outras regiões. A referida região foi marcada por superlativos demográficos. Ora o crescimento foi intenso e rápido no processo de ocupação capitalista efetiva, ora com as transformações socioespaciais ocorridas em decorrência das mudanças econômicas tem passado por um intenso processo de perda de população. Contudo, neste trabalho, as indagações abrem-se as possíveis novas tendências, tomando por referência o recorte da Região Intermediária de Maringá com 115 municípios agrupados em sete Regiões Imediatas. Ao passo que verificamos uma persistência da variação negativa da população, observamos municípios que, ao contrário, mostram significativo crescimento populacional, em alguns casos são municípios que em décadas anteriores perdiam e que agora apresentam uma reversão do processo.

Palavras-chave: IBGE. Pequenas Localidades. Região Intermediária de Maringá.

¹ Professora na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professor na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

WHILE THE DEMOGRAPHIC CENSUS DOES NOT COME: POPULATION ESTIMATES AND TRENDS OBSERVED IN PARANA

ABSTRACT

It is certain that the pandemic will significantly alter the demographics. At the same time that it occurs, the deprivation of data from the Demographic Census still generates many uncertainties. In this way, the estimates are valued as a possibility to try to update the data and identify some trends. Among the inquiries are those regarding which demographic trends persist and whether it is possible to identify new ones. We have insisted on the importance of problematizing the demographic decline that occurred in many small towns/localities, which we observe mainly in the north of Paraná, but which also affects municipalities in other regions. This region was marked by demographic superlatives. Sometimes the growth was intense and fast in the process of effective capitalist occupation, sometimes with the socio-spatial transformations that occurred as a result of economic changes, it has gone through an intense process of population loss. However, in this work, the questions open to possible new trends, taking as a reference the cut of the Intermediate Region of Maringá with 115 municipalities grouped into seven Immediate Regions. While we verify a persistence of the negative variation of the population, we observe municipalities that, on the contrary, show significant population growth, in some cases they are municipalities that in previous decades lost and that now present a reversal of the process.

Keywords: IBGE. Small towns. Intermediate region of Maringá.

1 INTRODUÇÃO

Não tem sido incomum encontrarmos lamentos pelo atraso na realização do Censo Demográfico no Brasil. São muitas as implicações negativas quanto à falta de dados em relação ao maior levantamento demográfico realizado em âmbito nacional. Vivemos um período de revisões de planos diretores, elaboração de planos de mobilidade, PDUIs (Planos de Desenvolvimento Urbano-Institucionais) em decorrência do Estatuto da Metrópole, dentre outros. Os dados demográficos constituem parte muito significativa do necessário para os diagnósticos e prognósticos nestes diversos documentos que orientam o planejamento em seus diversos aspectos. Ademais, a situação excepcional trazida pela pandemia exige ainda mais atenção para verificar que rupturas e continuidades poderemos ter a partir desse momento histórico.

A realização dos censos demográficos em âmbito nacional conta com mais de um século, ultrapassando dez edições. A primeira contagem populacional foi realizada em 1872, mas a partir de 1890 os Censos Demográficos passaram a ser decenais (IBGE, sd). Contudo, na década de 1990 ocorreu um ano de atraso e o que deveria ser o Censo 2020 possivelmente será realizado nesse ano (em 2022), com dois anos de atraso. Essas interrupções são muito nocivas, pois quebram uma expressiva série regular de produção de dados e informações que foram se tornando cada vez mais abrangentes e aprimoradas qualitativamente.

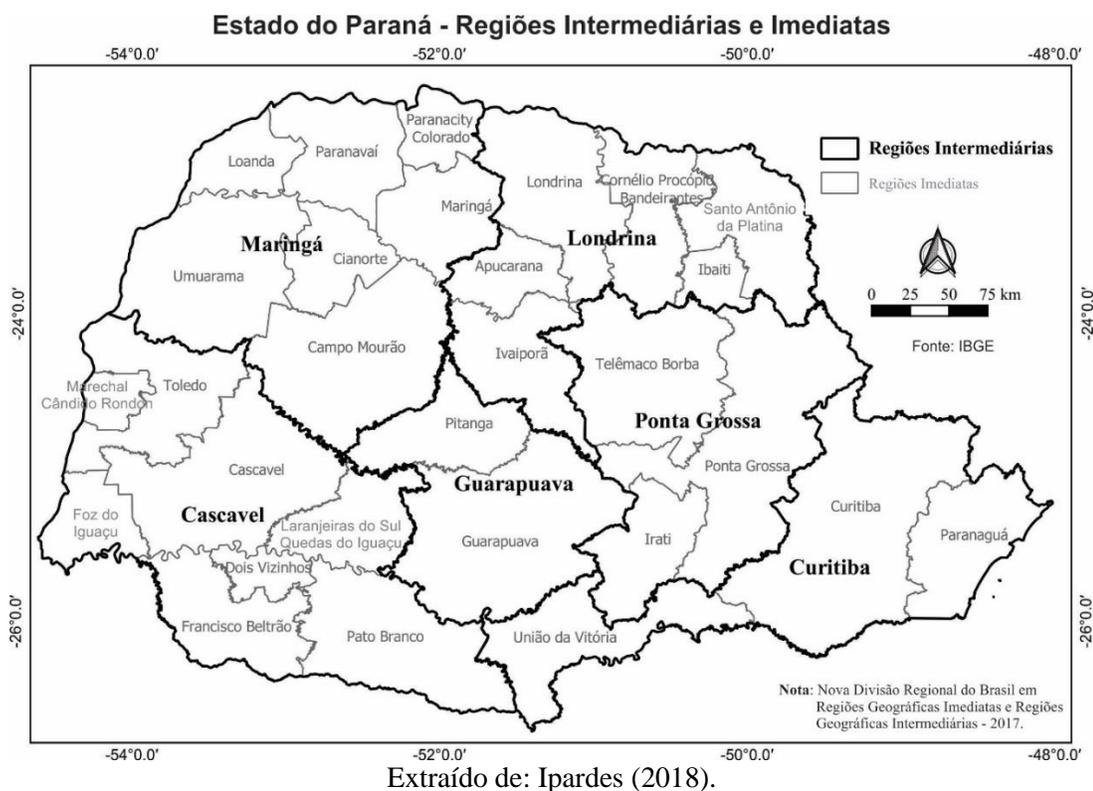
A relevância dos dados encontra-se expressa pelo próprio IBGE (sd) quando assinala que o objetivo do Censo Demográfico consiste não apenas em contar os habitantes no território nacional, mas também identificar suas características, gerando informações primordiais para a definição de políticas públicas, assim como orienta decisões de investimentos privados.

Enquanto o Censo Demográfico não é realizado, as estimativas municipais são consideradas como possibilidade de atualização dos dados, ainda que com metodologia diferente. Neste texto procuramos refletir acerca das estimativas populacionais, enfocando as tendências que elas revelam. Quando nos referimos a tendências, consideramos que parte delas existiam, inclusive algumas inclinações às projeções demográficas alertavam, enquanto novas tendências podem se revelar, sobretudo pelos desafios trazidos pelo isolamento social, trabalho domiciliar e outras tantas realidades que vivemos desde o início da pandemia da Covid-19.

Acerca das projeções demográficas, elas indicavam as taxas de crescimento ou decréscimo em relação a muitos municípios no Paraná. Essa segunda, consiste em uma tendência que tem se perpetuado há algumas décadas para muitos municípios paranaenses. Alguns municípios conseguiram reverter esse processo, enquanto outros vivem um despovoamento intenso. Essa prossegue, portanto, como uma inclinação demográfica expressiva e preocupante.

Estudamos as questões anteriormente assinaladas tomando por referência uma região ampla no Norte do Paraná (três mesorregiões que no conjunto somavam 165 municípios). Entretanto, para este trabalho realizamos uma adaptação desse recorte regional para a nova divisão baseada em Regiões geográficas imediatas e Regiões intermediárias. Ambas baseadas na centralidade e na rede urbana, sendo que as primeiras decorrem de fluxos populacionais em busca de bens e prestação de serviços, além da mobilidade por trabalho, e as segundas resultam da articulação por uma metrópole, capital regional ou centro urbano expressivo, mas respeita as divisões federativas. No Brasil todo são 510 regiões geográficas imediatas agrupadas em 133 regiões geográficas intermediárias. No Paraná são seis Regiões Intermediárias e 29 Regiões Imediatas (Figura 1).

Figura 1 - Estado do Paraná. Regiões Intermediárias e Imediatas, 2017



O texto encontra-se estruturado em dois itens, além dessa introdução. No primeiro encontram-se reflexões sobre as estimativas e as tendências verificadas no Paraná; no segundo abordamos o declínio demográfico como uma tendência que persiste sobretudo na região que adotamos como recorte para análise, incluindo no final o que poderiam ser novas tendências para as pequenas cidades/localidades na Região Intermediária de Maringá.

2 SOBRE AS ESTIMATIVAS POPULACIONAIS E AS TENDÊNCIAS OBSERVADAS NO PARANÁ

As estimativas da população, por parte do IBGE, são divulgadas quanto à população total dos municípios, a cada primeiro de julho. Isso acontece desde 1975, com publicação no Diário Oficial da União desde 1992. As estimativas são calculadas com base na relação da tendência de crescimento populacional do município, observada entre dois censos demográficos consecutivos, com a tendência de crescimento de uma área geográfica maior, as Unidades da Federação (IBGE, 2021).

Na realidade é uma forma de estimar a população, porém baseada em tendências anteriores. Caso ocorra uma reversão de tendência é possível que a mudança não seja captada e, nesse caso, só o Censo Demográfico poderá trazer a confirmação. Como o Censo Demográfico comumente realiza-se a cada dez anos, as estimativas constituem formas de atualizações dos dados. Com a falta do censo em período de tantas mudanças, as estimativas tornaram-se mais valorizadas.

Neste contexto, pode contribuir para que os dados se aproximem mais do concreto, o fato de as projeções da população das unidades da federação terem sido revisadas em 2018 pelo componente fecundidade considerado até o ano de 2016. De acordo com o IBGE,

Foi a primeira vez que as Projeções da População foram atualizadas a partir dos registros de nascimentos observados (e ajustados) desde 2010, e, não, por meio de métodos indiretos de cálculos demográficos, resultado da melhoria da captação e da cobertura dos sistemas de registros de nascimento. Não obstante, foi necessário estimar fatores de ajustes diferenciados para cada Estado para corrigir possíveis sub-registros. No caso dos óbitos, ainda é necessário utilizar metodologias demográficas indiretas para correção dos dados, também devido ao sub-registro (IBGE, 2021, p. 4).

Além da falta da realização do Censo Demográfico no ano previsto (2020), o período vivido no intervalo desde a realização da última versão, em 2010, deverá indicar transformações diversas. A possibilidade do trabalho a distância que foi consolidada nesse período, a busca por entornos mais saudáveis e tranquilos para os que podem escolher onde morar são alguns dos fatores que poderão explicar algumas das tendências de mudanças, tanto intraurbana, como no âmbito do território de modo geral. Sobre a realização do Censo Demográfico em momento de intensas mudanças, o IBGE expõe:

Os anos de 2020 e 2021 têm marcado as populações do mundo inteiro em razão da pandemia da Doença por Coronavírus 2019 - COVID-19. Essa situação também causou o primeiro adiamento do Censo Demográfico, de 2020 para 2021, alterando todo o planejamento de estudos demográficos do IBGE. Em 2021, tivemos novamente o adiamento do Censo Demográfico, devido a cortes orçamentários do Governo Federal, estando prevista a sua realização em 2022. (IBGE, 2021, p.4)

A perspectiva é de implicações diversas poderão ser reveladas a partir da publicação do Censo Demográfico:

O aumento das mortes e a redução dos nascimentos tenderá a reduzir os totais populacionais das Unidades da Federação em relação aos totais previstos nas Projeções. Também é possível que os saldos migratórios entre as Unidades da Federação nos anos afetados sejam diferentes daqueles utilizados nas Projeções da População, Revisão 2018. Portanto, a pandemia tem impactado a população não somente em relação aos óbitos, mas em todas as outras componentes da dinâmica demográfica (IBGE, 2021, p. 5).

Portanto, o próprio IBGE ressalva ao publicar os dados, que as estimativas populacionais dos municípios foram calculadas utilizando a última revisão das projeções e, portanto, não incorporam os efeitos da pandemia da Covid-19. Averiguar as implicações demográficas de modo mais amplo referente a esse período será tarefa que precisará aguardar o próximo censo demográfico e que demandará muita pesquisa e debate.

Considerando o Paraná como um todo e os dados divulgados, observamos que são os municípios cujas sedes são pequenas cidades/localidades³ aqueles que mais tiveram declínio, mas também estão entre eles as que mais tiveram crescimento demográfico. Os municípios com maior

³ Referimo-nos a pequenas cidades/localidades porque nem todas podem ser consideradas cidades, mas todas são significativas e constituem espaços de vida. Em trabalhos anteriores procuramos buscar reflexões conceituais e de definição de pequenas cidades. Embora oficialmente no Brasil toda sede de município é considerada como cidade, academicamente é preciso tomar por referência alguns critérios (ENDLICH, 2017).

declínio demográfico foram Altamira do Paraná, Nova Cantú e Nova Tebas. Os municípios que mais cresceram foram Tunas do Paraná, Pontal do Paraná e Mauá da Serra. Os três com maior declínio estão na Região Intermediária de Maringá. Entre os que mais cresceram, Tunas do Paraná é parte da Região Metropolitana de Curitiba, ainda que em uma posição periférica dentro dela. Pontal do Paraná é litorâneo. Apenas Mauá da Serra está no interior do Paraná.

É notório como o declínio demográfico continua afetando significativa parte dos municípios, pois, dos 399, 180 perderam população, o que corresponde a 45% deles. Predominam entre os que perderam, os municípios com até dez mil habitantes, que são 129 deles. Os demais são 51 municípios com população superior a dez mil, dos quais nove têm mais de vinte mil habitantes. Foz do Iguaçu é o único município polarizado por uma cidade de porte médio, com perda de população total.

Contudo, desperta a atenção centros regionais como Assis Chateaubriand, Cornélio Procopio e Jacarezinho, todos com mais de 30 mil habitantes e que, do mesmo modo, estão no grupo dos que perderam população, de acordo com os dados divulgados pela Estimativa 2021, colocados em comparação com o Censo Demográfico de 2010. A Figura 2 expressa os resultados assinalados, em conjunto com os demais municípios paranaenses.

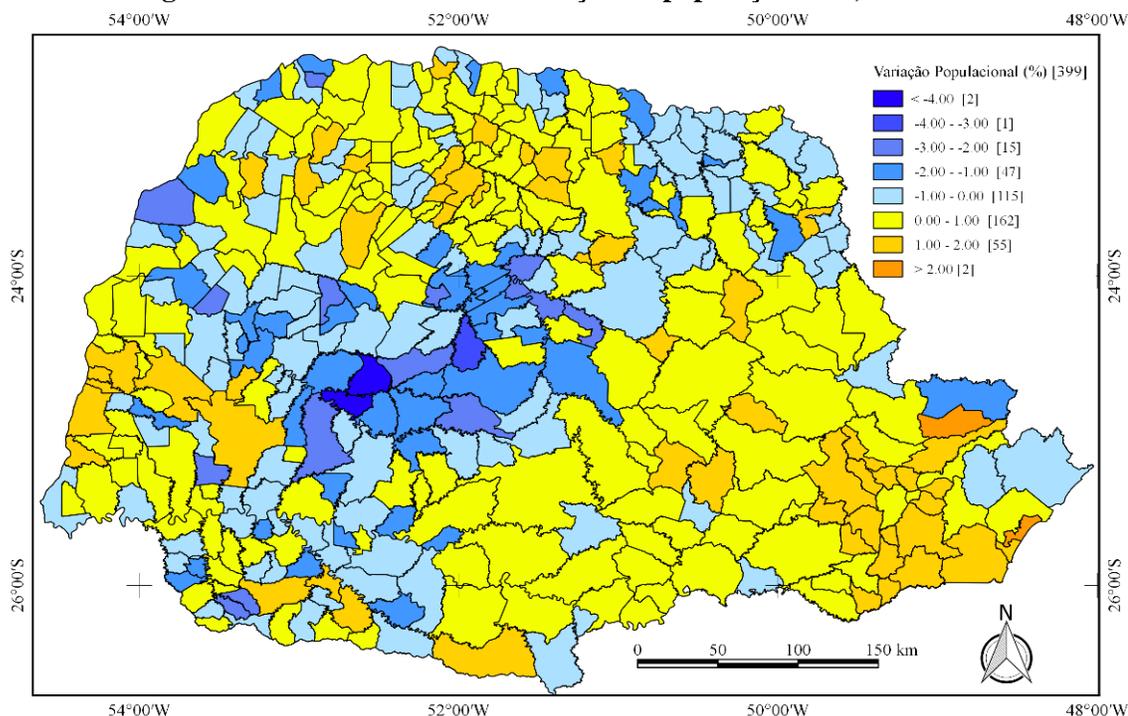
Na região Imediata de Maringá, quatro municípios têm declínio demográfico – Atalaia, Floraí, São Jorge do Ivaí e Ourizona. Outras localidades pequenas que estão no entorno da cidade polo apresentam alto crescimento, sobretudo aqueles nos quais se observava essa tendência em décadas anteriores, casos de Sarandi, Paiçandu e Marialva. Contudo, outros municípios incorporam-se de modo intenso a esse processo, casos de Mandaguaçu, Floresta, Santa Fé, Iguaçu, Munhoz de Mello e Presidente Castelo Branco.

Os resultados do mapeamento desses dados revelam que, salvo casos de municípios isolados que destoam do seu entorno, tanto no que se refere à variação positiva da população, quanto na negativa, ela tende a ocorrer em um conjunto de municípios. Entre as áreas que crescem a Região Metropolitana de Curitiba e litoral destacam-se. O mesmo acontece com Maringá, Londrina, Umuarama, e municípios do entorno de cada uma delas. São os centros regionais e seus municípios limítrofes que mantêm o crescimento demográfico.

Quanto à variação negativa, desperta a atenção o conjunto de municípios na parte central do Paraná. São municípios pertencentes a diversas regiões intermediárias e imediatas que convergem geograficamente, como: Região Imediata de Campo Mourão que pertence a Região

Intermediária de Maringá, a Região Imediata de Ivaiporã que pertence a Região Intermediária de Londrina, além da Região Imediata de Pitanga que pertence a Região Intermediária de Guarapuava, além de parte dos municípios que seguem pelo Sudoeste do Paraná.

Figura 2 - Estado do Paraná. Variação da população total, 2010-2021



Fonte: IBGE (Censo 2010 e Estimativa 2021).

Elaboração: Américo José Marques.

Como lembramos em outros trabalhos esse processo foi desencadeado no setentrão paranaense pelas transformações econômicas decorrentes da substituição de cultivos e todo o processo que veio com isso: uso menos intenso de mão-de-obra e consequente desemprego no campo; dificuldades de viabilização econômica de pequenos estabelecimentos agropecuários frente à agricultura moderna demandadora de tecnologia e capital; concentração fundiária, esvaziamento demográfico do campo e implicações nas sedes de municípios que eram o suporte para a densa população existente em um primeiro momento da ocupação capitalista efetiva da região. Retomaremos esses pontos com mais detalhes no próximo item. A história pode ser um pouco diferente pelo Estado, mas certamente com elementos similares.

O declínio demográfico significa a dificuldade da população em continuar reproduzindo a sua vida nos espaços em que se encontravam assentadas. Sobreviver para expressiva parte da

população paranaense tem implicado, há décadas, em migração para cidades maiores, incluindo os centros regionais ou áreas onde espera-se alcançar a geração de renda ou emprego. Na realidade, muitas vezes a expectativa de obter renda e emprego não se realiza ou fica aquém do necessário para uma sobrevivência digna.

Dialoga com essa problematização uma frase de Heráclito citada por Smith (1992, p. 76), que valorizamos desde que começamos a trabalhar com esses temas: “*Give me a place to stand*”, ou seja, dê-me um lugar para permanecer, ensina Smith argumentando que a existência humana corresponde obrigatoriamente a ocupar um espaço geográfico, o que equivale a ter um lugar, onde possa se estar de maneira estável e por tempo suficiente para criar vínculos afetivos e de identidade.

Estas ideias encontram convergência com Harvey (2004), quando ao repensar a Declaração de Direitos Humanos da ONU, traz sugestões, incluindo o Direito à produção de espaço. Ele fala da busca de indivíduos e coletividades em melhorar o atendimento a suas necessidades, mas que isso se realiza de modo radical, *votar com os pés*, em suas palavras, o que significa mudar de cidade, estado ou país em busca de uma vida melhor. No presente o tema não só dos imigrantes, como o de refugiados, não à toa são de enorme relevância, pois no segundo caso a vida nos espaços de origem foram completamente inviabilizadas.

De acordo com Harvey (2004), o direito de produzir o espaço:

(...) ultrapassa em muito a capacidade de circular no interior de um mundo espacialmente estruturado pré-organizado. Significa, além disso, o direito de reconstruir relações espaciais (formas, recursos de comunicação e regras territoriais) de maneira que transformem o espaço de um arcabouço absoluto de ação num aspecto mais maleável e relativo da vida social (HARVEY, 2004, p. 329).

Neste sentido, retomamos a ideia baseada em Lefebvre (2002, p. 131) de apropriação do espaço como a prática da sociedade urbana, que desde sempre tem iluminado nossa interpretação do processo de declínio demográfico, bem como as constatações da produção do espaço de forma alheia aos interesses da maioria da sociedade local. Trata-se, portanto, de uma ideia mais ampla de apropriação.

A não-apropriação dos resultados da produção econômica por significativa parcela da sociedade, pelo grau de determinação que ela tem na sociedade atual, implica, também, em não-apropriação dos comandos políticos do espaço. Neste ponto, outros aportes teóricos são significativos, como Santos (1996, p. 263): “Quando o homem se defronta com um espaço que não

ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vígorosa alienação.”

Na realidade, a sociedade que migra ajudou a criar as espacialidades na medida em que foi a força de trabalho utilizada. Contudo, tem alcance pequeno ou nulo nas decisões políticas e econômicas.

Mediante o referencial citado, só se pode olhar com estranheza para a mobilidade espacial da população, tendo em vista o seu significado social. Esse olhar não se baseia em ideias de que o crescimento demográfico é um processo natural e deve ser ininterrupto, nem, por outro lado, em inspirações malthusianas de inibições coercitivas da migração. A interpretação é a de que significativa parcela da sociedade não consegue apropriar-se efetivamente do espaço.

A condição social de trabalhador pressupõe não só vender a força de trabalho, mas inclui a mobilidade espacial e, com isso, corresponde muitas vezes à renúncia involuntária ao lugar. Em geral, têm que sair aqueles que não possuem alcance político no comando do espaço, onde estão materializadas poucas, mas significativas, conquistas e laços afetivos. Então, é possível, após tantas reflexões, ver o declínio demográfico como decorrência da não-apropriação do espaço.

Reiteramos interpretações anteriores (ENDLICH, 2009) de que essa não-apropriação possui outras implicações, pois se quem migra desiste do lugar, quem permanece sem condições para modificar sua condição social e política expressa outra face dessa alienação. A questão das pequenas cidades em processo de esvaziamento demográfico, tomando por referência tanto a parcela da sociedade que migra quanto aquela que se sujeita à precária condição social e política nelas compreendidas, expõe esse processo de maneira muito visível. Trata-se de ler por meio do espaço a dinâmica da sociedade nele inscrita.

Mesmo em cidades maiores e mais consolidadas quando os habitantes não identificam nos projetos as suas necessidades, que revelam mais investimentos oriundos de outros interesses, igualmente observa-se um mal-estar e a ausência de identificação com ela. Nesse sentido, assinalamos a relevante contribuição de Borja (2005), que sinaliza que tais dinâmicas criam um sentimento de não posse. Os habitantes sentem-se despossuídos da cidade, pois parte dela se faz de e para fora. Para ele, também neste caso, trata-se de desenvolver conceitos, como o direito à cidade, ao lugar e a permanecer onde se decidiu viver.

Desde modo, tanto áreas com variações demográficas positivas quanto as negativas não ficam isentas quanto às demandas sociais por melhor condição de vida. Detalhamos na sequência essa tendência demográfica, enfatizando o setentrião paranaense.

3 TENDÊNCIA QUE PERSISTE: O ESWAZIAMENTO DEMOGRÁFICO

Acompanhamos há algumas décadas dinâmicas diversas relativas, sobretudo, aos municípios polarizados por pequenas cidades/localidades, com foco na porção norte do Paraná, que tomamos como referência para compreender esse processo, embora não seja exclusividade desta parte do território. O setentrião parananense consiste em uma região que traz pela sua história passada e recente estas localidades para a pauta, pois há uma densa rede delas que caracterizam a região.

Definimos para analisar alguns dados o recorte da Região Intermediária de Maringá, composta por 115 municípios. A Tabela 1 mostra como desse total, apenas seis estão acima de cinquenta mil habitantes, o que não deixa dúvidas da expressividade territorial das pequenas cidades/localidades.

Tabela 1 - Região Int. Maringá. Municípios por porte demográfico, 2010 (mil habitantes)

Região Imediata/porte municípios	Até 5	5 a 10	10-a 20	20 a 50	+ de 50
Região Imediata de Maringá	9	5	2	5	2
Região Imediata de Campo Mourão	7	5	9	2	1
Região Imediata de Umuarama	4	10	5	2	1
Região Imediata de Paranavaí	6	6	4	0	1
Região Imediata de Cianorte	3	5	2	0	1
Região Imediata de Colorado/Paranacity	8	1	1	1	0
Região Imediata de Loanda	3	2	1	1	0
Total	40	34	24	11	6

Fonte: IBGE (2010).

Conforme sinalizamos antes, a ocupação capitalista efetiva dessa região esteve baseada em um complexo cafeeiro, mas com um arranjo que promovia significativa densidade demográfica no campo. Tal densidade decorria de uma estrutura fundiária baseada em pequenos estabelecimentos agropecuários, uso intensivo de trabalho nos cultivos especialmente o do café que dominava a paisagem regional, além das relações de parcerias que permitiam a geração de renda para muitos agricultores que não tinham a sua própria terra.

Na realidade, associa-se muito o café à história da região, mas nela o papel desse cultivo foi distinto. Em um primeiro momento, especialmente, funcionou mais como um atrativo para paulistas que desejavam seguir no cultivo desse produto do que como real favorecimento econômico dele no mercado. Quando a cafeicultura chegou efetivamente no Paraná, de acordo com Delfim Netto (1981) já se encontrava em fase de defesa permanente e institucionalizada por parte do Estado⁴, o que aconteceu a partir de 1920, embora em fase anterior isso acontecesse esporadicamente.

Esse quadro foi agravado no final da referida década pela conhecida Crise de 1929, quando o café era responsável por 70% das exportações brasileiras e os Estados Unidos, epicentro da crise era seu principal comprador. Ademais, foi um ano com uma safra volumosa que não tinha como ser comercializada tendo em vista a depressão econômica. A cotação do café chegou próximo a 10% do que era um ano antes. Isso levou a uma intervenção ainda mais radical, que foi a queima de café autorizada por Getúlio Vargas e realizada na baixada santista, com a finalidade de eliminar os estoques. Isso foi repetido em 1938 e 1944 (BELEDELI, 2019). A cafeicultura desenvolvida efetivamente no Paraná aconteceu depois dessa primeira queima e no contexto das seguintes. No Estado de São Paulo os produtores não podiam mais plantar café. O Governo do Estado do Paraná, em sentido contrário, quis impulsionar a economia paranaense e o crescimento demográfico estimulando a cafeicultura⁵. Portanto, toda crise que chegou ao Paraná três décadas depois era perfeitamente previsível. Estava anunciada nos fatos e tendências mencionados anteriormente.

A despeito disso, tanto as companhias como o governo paranaense estimularam a vinda de pessoas para a parte setentrional do Paraná, onde elas poderiam plantar novos cafeeiros e também onde existia a possibilidade de adquirir uma pequena área agrícola, além dos que vieram em busca de emprego e outras possibilidades de geração de renda. Ao menos por algumas décadas a pequena produção foi viabilizada, empregos e oportunidades de geração de renda foram fomentados, a despeito de um contexto tão negativo.

Embora o cenário fosse incerto, tendo em vista o contexto mundial e as políticas nacionais como a de erradicação de cafeeiros que surge com o Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (Gerca) em 1961, a produção no setentrião paranaense resistiu por aproximadamente

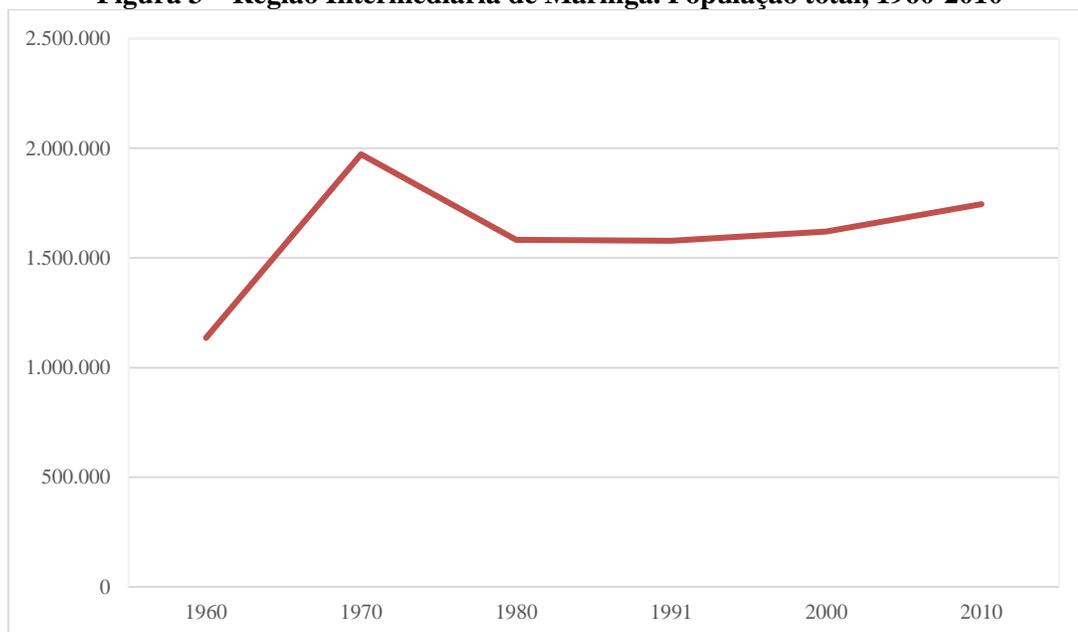
⁴ Para tanto, o governo fazia aquisição dos excedentes para vender em momentos posteriores.

⁵ Ao trabalharmos com entrevistas na região observamos o apego à cafeicultura, o que talvez tenha sido fator considerável para que principalmente paulistas, mas também produtores oriundos de outras áreas viessem ao Paraná para continuar cultivando café.

uma década mais. Apenas em 1975, com a ocorrência da conhecida como Geada Negra, evento climático que afetou fortemente toda a região, as transformações econômicas e sociais profundas ocorreram na região. Com os cafeeiros queimados pela geada, alguns ainda pensaram em restabelecer esse cultivo, mas a política de estímulo à substituição, especialmente na área mais fértil da região por soja e trigo fez com que a mudança ocorresse.

Contudo, a substituição de cultivos foi apenas um dos aspectos. Junto com ela veio a concentração fundiária, eliminação de postos de trabalho, para parte da região uma agricultura modernizada que demandava capital e tecnologia. Inviabiliza-se a pequena produção e a economia absorvedora de pessoas, com geração de oportunidades de emprego e de renda. Diversas áreas da região tornaram-se espaços de esvaziamento. Não só o campo foi afetado, como houve uma profunda mudança nas características da região. A Figura 3 demonstra como a tendência de variação negativa de diversos municípios implicou na diminuição inclusive da população total da região na década em que o processo foi mais intenso, de 1970 a 1980, sobretudo. Ainda que cidades como Maringá e outros centros regionais tenham absorvido boa parte do fluxo migratório, crescendo muito demograficamente, o saldo negativo mostra a gravidade social das transformações na região.

Figura 3 – Região Intermediária de Maringá. População total, 1960-2010



Fonte: IBGE.

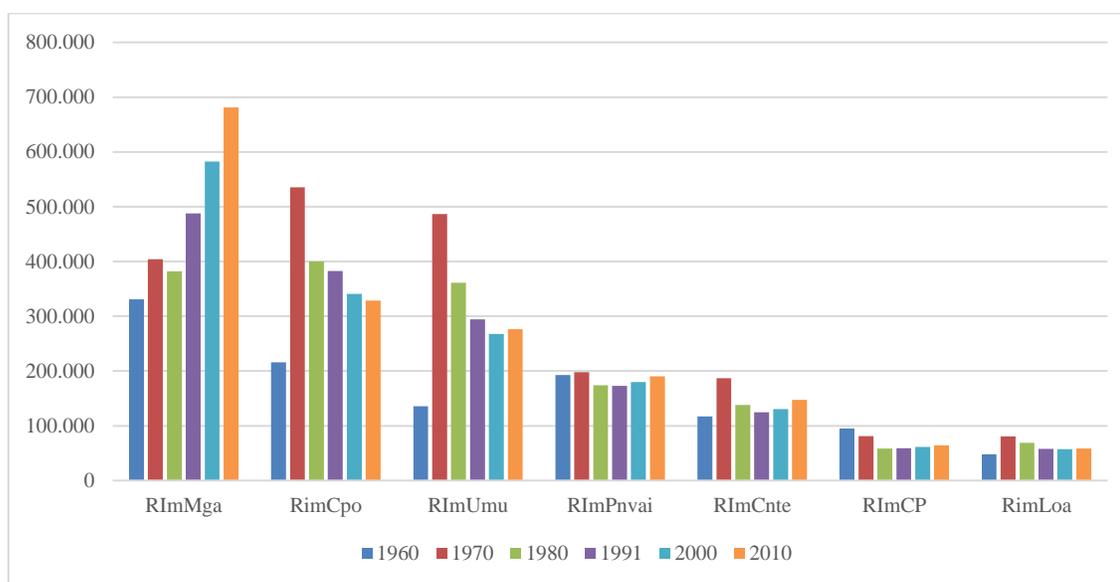
Detalhamos esses dados para as Regiões Imediatas no interior dessa Região Intermediária de Maringá (Tabela 2 e Figura 4), considerando dados dos Censos Demográficos.

Tabela 2 - Região Intermediária de Maringá – População das Regiões Imediatas, 1960-2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
RImMga	331.174	404.370	381.818	487.555	582.506	680.917
RImCpo	215.932	535.533	399.785	382.457	340.744	328.370
RImUmu	135.816	486.788	360.987	294.355	267.605	276.154
RImPnvai	192.439	197.840	174.376	173.134	179.879	190.419
RImCnte	117.335	186.816	138.282	124.567	130.261	147.147
RImCP	94.919	80.905	58.639	58.862	61.611	64.238
RImLoa	47.963	80.454	68.914	57.666	57.111	58.374
Total	1.135.578	1.972.706	1.582.801	1.578.596	1.619.717	1.745.619

Fonte: IBGE.

Figura 4 - Região Int. Maringá – População das Regiões Imediatas, 1960-2010



Fonte: IBGE.

A soma total da Região Intermediária (Figura 3) mostra que a população que chegava próximo a 2 milhões em 1970 ficou reduzida para pouco mais de 1,5 milhão em 1980. Ou seja, cerca de 400 mil pessoas emigraram dos diversos municípios da região, equivalente a mais de 1/5 da população existente em 1970. Esse foi o contingente que saiu da região. Obviamente, no seu interior as emigrações para a sede urbana e para as cidades maiores da região foram igualmente expressivas. O notável crescimento verificado na Região Intermediária de Maringá explica-se sobretudo pelo fluxo oriundo do próprio interior da região. Do mesmo modo, ao longo das décadas

o crescimento de centros regionais absorveram, ainda que parcialmente, emigrantes dos municípios com pequenas localidades como sedes urbanas.

A explicação é de que nestes municípios as oportunidades econômicas para a geração de renda ou acesso ao emprego são bem mais reduzidas, do mesmo modo que o acesso aos serviços públicos de modo geral igualmente tem dificultado a reprodução da vida, forçando a emigração.

As pequenas localidades que se voltavam a atender as necessidades básicas da densa população existente na região perderam parte da sua centralidade. Esse processo para alguns municípios durou uma ou duas décadas, mas para outros a cada ano as estimativas revelam que ele prossegue.

Tomando por referência as Regiões Imediatas nestas várias décadas e a tendência de persistente declínio, observamos que os dois recortes geográficos com dados mais preocupantes são as de Campo Mourão e Umuarama, sobretudo se considerarmos a década em que elas alcançaram maior volume demográfico que foi a de 1970 e os dados relativos ao Censo de 2010. Na de Campo Mourão a diferença é de 207.163 habitantes a menos, enquanto na de Umuarama a perda foi ainda maior, alcançando a redução 210.634 habitantes.

Em sentido contrário, a área mais próxima a Maringá, parte da sua Região Imediata, observamos que no conjunto só se registra decréscimo entre 1970 e 1980, tomando as mesmas décadas que destacamos nas duas regiões comentadas anteriormente, a diferença entre 1970 e 2010 é de um acréscimo de 276.547 habitantes. A proximidade com Maringá parece ter sido significativa para a reinserção dos municípios após o declínio da economia cafeeira. Isto pode ser explicado pela dinâmica econômica que se estende e articula com os municípios mais próximos, pela própria presença das outras redes geográficas mais densas nessas áreas, sobretudo as rodovias, mas também pelos papéis de moradia que essas localidades tem adquirido. Finalizamos assinalando tendências que se esboçam na região.

4 NOVAS TENDÊNCIAS EM PEQUENAS CIDADES/LOCALIDADES

Observamos que a reversão demográfica em municípios ocorreu próximos a Maringá, na sua Região Imediata, conforme assinalado anteriormente, mas sobretudo naquelas cuja articulações rodoviárias torna a distância horária reduzida. Muitas vias foram duplicadas. Com isso,

acompanham as intensificações de vínculos econômicos, como também a produção de assentamentos humanos cada vez mais dispersos em âmbito regional articulados com a realidade de Maringá. Se na década de 1990 observou-se já um crescimento maior de Sarandi e Paiçandu como periferia residencial, em 2020 observa-se que essa lógica foi sendo ampliada para áreas do entorno, abrangendo outros municípios.

A paisagem regional revela essa tendência, na medida em que surgem novos loteamentos residenciais, inclusive ao lado das rodovias, fragmentando o tecido urbano de pequenos núcleos urbanos. Ao mesmo tempo surgem empreendimentos com pequenas chácaras em áreas com alguma amenidade como em margens de rios, voltada a residência secundária. Esse não é exatamente um processo novo, pois já se observavam essas iniciativas na década anterior. Contudo, parece que é algo que tem sido acentuado. Algumas indagações se apresentam em decorrência da pandemia, como a de se espaços de moradias secundárias converteram se em moradia principal durante o período de isolamento social.

Enfim, quais as possíveis explicações para a produção de assentamentos urbanos cada vez mais dispersos na região? A despeito de tudo que vem sendo produzido há pelo menos três décadas, principalmente sobre a produção de cidades extensas demais, seus custos de gestão e os desdobramentos sociais.

Na Região Imediata de Maringá, observamos que os municípios de Floresta, Mandaguari, Mandaguaçu e Iguaçu estão incorporados como parte dos assentamentos urbanos dispersos com o papel de espaços de moradia, com significativa parte dos seus moradores vinculados profissionalmente a Maringá.

Pensando na perspectiva social, se antes os municípios vizinhos abrigavam os assentamentos mais precários, a lógica mais recente revela que a classe média também está contida nela. São os que podem se locomover com veículos próprios apropriando-se de uma distância horária curta e capturados por lotes maiores a custos menores e, portanto, pelo discurso da qualidade de vida, que ao que tudo indica ecoou com mais força na pandemia.

Entretanto, é certo que prossegue com força a articulação que se dá por classes trabalhadoras que dependem do transporte coletivo. Esse é certamente o fluxo mais volumoso que ocorre em âmbito regional, a despeito da piora que ocorreu com a redução de linhas e superlotação de veículos, matéria tratada com frequência pela imprensa, mas que permanece sem as devidas soluções. As empresas alegam prejuízos, inclusive ocorrem demandas de subsídios. Portanto, o que

já era deficiente quantitativa e qualitativamente quanto ao transporte intermunicipal, agravou-se. Viver em cidades menores, no entorno de Maringá, é mais barato, para muitos é onde conseguem ter sua própria casa, já que o custo de vida na capital regional é bem mais alto.

Os empreendimentos imobiliários acabam por induzir essa forma de ocupação espacial que, há tanto tempo alertara Lefebvre, mata o urbano em sua essência.

Essa forma dispersa acaba abrangendo pequenas cidades/localidades do entorno do aglomerado, ampliando-o. Isto muda a dinâmica demográfica, mas não deixa de trazer problemas. As cidades crescem demograficamente ou ao menos mantêm um determinado volume de população, mas com isso trazem outras questões que devem ser problematizadas acerca de como esses cidadãos encontram-se inseridos nestas localidades, como se locomovem, de que forma acedem a serviços públicos e privados, além de que sociabilidade tais dinâmicas possibilitam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperemos o próximo Censo Demográfico para analisar de modo mais efetivo se as tendências aqui esboçadas se confirmarão. Parece que a não-apropriação do espaço prossegue por mais que se fale em planejamento e participação nos processos de planejamento.

Ter dados quantitativos é fundamental, mas manter a análise e leitura crítica não é menos significativo. Portanto, registrar as contribuições é preciso, para que o debate possa prosseguir. Que mais autores se debrucem acerca dessa realidade, pois os desafios que elas trazem são grandes e diversos, sobretudo se pensarmos nas implicações sociais.

Como assinalamos antes, temos desafios que não são apenas sociais, mas socioespaciais, desafios que revelam uma realidade social própria de alguns espaços geográficos e que para tanto carecem tanto de políticas sociais como de políticas territoriais, claras e explícitas.

Lembremos da proposta de Harvey (2004) de que a produção do espaço de modo adequado à sociedade deve ser um direito humano. Para que isso possa acontecer políticas territoriais precisam ser pensadas, incluindo nelas as demandas oriundas de pequenas cidades/localidades.

6 REFERÊNCIAS

BELEDELI, M. Crise acaba com era de ouro do café no Brasil. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre. 24.out.2019. *Economia*. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2019/10/709138-cri-se-acaba-com-era-de-ouro-do-cafe-no-brasil.html#. Acesso em 28 out. 2020.

BORJA, J. Un futuro urbano con un corazón antiguo. **Biblio 3w**: Revista bibliográfica de geografia y ciências sociales, Barcelona, v.10, n.584, maio.2005. Disponível em: www.ub.es.geocrit/b3w-584.html. Acesso em: 21 set. 2005.

DELFIN NETTO, A. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: IPE/USP, 1981. 359 p.

ENDLICH, A. M. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. *In*: BOVO, M.C; Costa, F. R. (Org.). **Estudos Urbanos: Conceitos, Definições e Debates**. Editora Unespar, Campo Mourão, 2017, v. 1, p. 33-53.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução: *Spaces of Hope*. São Paulo: Loyola, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico**. [Sd]. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2022.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, 82 p.

IBGE. **Nota metodológica n. 01**: Estimativas da população residente para os Municípios e para as Unidades da Federação brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2021. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101849>. Acesso em: 26 out. 2021.

IPARDES. PARANÁ. **Regiões Intermediárias e Imediatas**. 2018. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-

09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20Intermedi%C3%A1rias%20%28IBGE%29%20-%20Paran%C3%A1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1992, 454p. Título original: *La production de l'espace*.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 178p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.

SMITH, N. **Geography, difference and the politics of scale**. In: DOHERTY, J.G.E.; MALEK, M. (Eds.). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan, 1992, p.57-79.

Data de recebimento: 13 de outubro de 2022.

Data de aceite: 23 de novembro de 2022.